

Parecer sobre os Testes intermédios de 8º e 9º anos de escolaridade 2012

Teste intermédio (TI) do 8º ano

Na globalidade a prova é equilibrada e está elaborada de acordo com o atual programa de Matemática do Ensino Básico. Consideramos que o teste apresenta questões que exigem capacidade de visualização, que vai além do definido na matriz divulgada, nomeadamente a questão 7, pela forma como combina informação textual e esquemática, que pode induzir o aluno em erro.

A questão oito, na nossa opinião, também não está adequada, pelo grau de exigência e destreza inerente à resolução da equação. Ao se colocar uma equação deste nível, deixa de ser possível avaliar se os alunos sabem ou não resolver equações de primeiro grau, pois sabe-se à partida que uma equação destas só é resolvida com sucesso por alunos com elevado domínio da manipulação simbólica, o que segundo o atual programa ainda não é esperado no início do segundo período, do 8º ano de escolaridade.

Teste intermédio (TI) do 9º ano

Este teste apresenta um nível de exigência muito elevado, pouco adequado para avaliar alunos do ensino básico que, neste momento, vivem experiências de aprendizagem muito diferentes. Sublinhamos que este teste prejudica claramente os alunos que ainda estão a trabalhar no programa “antigo”, criando um sentimento de incapacidade perante a disciplina e um desânimo que em nada contribuem para a melhoria das suas aprendizagens. Mesmo assumindo que todos os alunos estivessem já a trabalhar com o atual Programa de Matemática do Ensino Básico, não poderíamos considerar a exigência deste teste adequada. É fundamental que o aumento do nível de exigência seja feito de forma gradual, o que não aconteceu de todo. No entanto, podemos afirmar que as questões estão formuladas de forma desafiante e não rotineira (resultado bem conseguido dentro da linha seguida).

O teste não apresenta equilíbrio entre processos matemáticos (quase ausência de comunicação matemática, por exemplo) nem entre os tipos de questões apresentadas, como por exemplo resposta curta, problemas, construção, entre outras.

É ainda importante referir:

- O TI apresenta uma linguagem de difícil compreensão para os alunos deste nível etário (quer em vocabulário específico, como de probabilidades na questão 1; quer no nível de exigência dos enunciados de resolução de problemas, principalmente pela porção que os mesmos representam).

- A formulação da questão 4 induz o aluno a determinar, a soma dos 100 primeiros números naturais, o que não ajuda em nada a responder à questão.

- O TI exige uma grande flexibilidade entre representações algébrica e geométrica de funções que não está contemplada no programa anterior à reformulação de 2007, (principalmente questões 6 e 7).

- O teste apela a uma dedução geométrica envolvendo conexões entre álgebra e geometria com um nível de exigência superior ao contemplado no anterior programa (questão 8).

- Foi notória a diminuição do número de questões em prol do aumento do nível de exigência de cada questão, no entanto, o referido cuidado não bastou para tornar o TI num teste equilibrado.

- Ao longo de todo o teste verifica-se um grande apelo ao estabelecimento de conexões dentro da Matemática (questões 6, 7, 8, por exemplo).

- As questões de resposta curta estão presentes num número muito reduzido de questões (questão 2, 5, 6.1). E apesar de considerarmos que a questão 5 é uma questão direta, não a podemos considerar adequada para avaliar se os alunos são capazes de resolver uma equação de segundo grau, num teste intermédio. Esta equação exige um elevado domínio de manipulação simbólica. Note-se, por exemplo, que o “desembaraçar de parêntesis” referido nos critérios de classificação remete para o desenvolvimento de um caso notável da multiplicação de binómios ou para a multiplicação de dois binómios, o que, neste último caso, implica um acréscimo de tempo que o aluno necessita para responder à questão.

- Verifica-se uma sobrevalorização de contextos puramente matemáticos em detrimento de contextos que envolvam conexões fora da matemática, em geral, e, mais especificamente, de aplicações da matemática à realidade.

- O teste envolve também uma elevada capacidade de raciocínio e de resolução de problemas. A este propósito cabe-nos ainda referir que a participação em concursos escolares, regionais e nacionais de resolução de problemas potencializam o desenvolvimento dessas capacidades, mas não podemos esquecer que são de participação voluntária e, regra geral, são frequentados por alunos com um bom desempenho a matemática.

- A questão 10 não tem rigor suficiente na sua formulação, ou nos seus critérios de classificação. No nosso entender, para se poder resolver a questão é necessário provar-se a semelhança dos dois triângulos. No entanto, nem se refere no enunciado que são semelhantes, nem se contempla essa justificação nos critérios de classificação. No caso de o objetivo ser mesmo o de provar a semelhança dos triângulos podemos afirmar que a questão exige um raciocínio com demasiados passos sem qualquer indicação intermédia. Para que tal não acontecesse a questão podia estar dividida em alíneas onde, num primeiro item, fosse necessário justificar a semelhança dos triângulos em causa.

Esperamos que o GAVE leve em consideração as observações e sugestões que os professores de Matemática aqui exprimem, de forma a evitar que as mesmas situações se venham a repetir no Exame Nacional.

Lisboa, 17 de Maio de 2012

A direção da APM